

Detalhe de Oferta de Emprego

Caracterização da Oferta

Código da Oferta:	OE202508/0120
Tipo Oferta:	Procedimento Concursal Comum
Estado:	Ativa
Nível Orgânico:	Ministério da Educação, Ciência e Inovação
Orgão / Serviço:	Universidade do Algarve
Vínculo:	CTFP por tempo indeterminado
Regime:	Carreiras Especiais
Carreira:	Docente do ensino superior politécnico
Categoria:	Professor coordenador
Grau de Complexidade:	0
Remuneração:	3.950,17€
Suplemento Mensal:	0.00 EUR
Caracterização do Posto de Trabalho:	Preenchimento de uma (1) vaga, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, para a categoria de professor coordenador, para a área disciplinar de Engenharia Civil, grupo disciplinar de Construções, do Instituto Superior de Engenharia da Universidade do Algarve.

Requisitos de Admissão

	Nomeação definitiva	
	Nomeação transitória, por tempo determinável	
	Nomeação transitória, por tempo determinado	
Relação Jurídica:	CTFP por tempo indeterminado	
	CTFP a termo resolutivo certo	
	CTFP a termo resolutivo incerto	
	Sem Relação Jurídica de Emprego Público	
	a) Nacionalidade Portuguesa, quando não dispensada pela Constituição, convenção internacional ou lei especial;	
	b) 18 anos de idade completos;	
Requisitos para a Constituição de Relação Jurídica:	c) Não inibição do exercício de funções públicas ou não interdição para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;	
	d) Robustez física e perfil psíquico indispensável ao exercício das funções;	
	e) Cumprimento das leis de vacinação obrigatória.	
Autorização dos membros do Governo Artigo 30.º da LTFP:	Por despacho de 26 de maio de 2025 do Reitor da Universidade do Algarve.	
Habilitação Literária:	Doutoramento	
Descrição da Habilitação Literária:	Doutor ou Título de Especialista (+ de 5 anos) em Eng. Civil, esp. Construções	
Grupo Área Temática	Sub-área Temática	Área Temática
Tecnologias	Civil	Engenharia Civil

Locais de Trabalho

Local Trabalho	Nº Postos	Morada	Localidade	Código Postal	Distrito	Concelho
Universidade do Algarve	1	Campus da Penha - Estrada da Penha	Faro	8005139 FARO	Faro	Faro

Total Postos de Trabalho: 1

Nº de Vagas/ Alterações

Formação Profissional

Outros Requisitos: a) Ser titular, nos termos do artigo 19 do ECDESP, do grau doutor ou do título de especialista, obtido há mais de 5 anos, em Engenharia Civil, especialidade de Construções:
i) Os titulares do grau de doutor obtido no estrangeiro devem comprovar o reconhecimento daquele grau nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto e demais legislação aplicável;
ii) Os candidatos abrangidos pela alínea anterior que não façam prova do reconhecimento do grau até ao fim do prazo de candidatura, serão excluídos do concurso;
iii) O título de especialista mencionado na alínea a) refere-se à previsão do artigo 48.º, da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro e do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto, na sua redação atual.
b) Domínio da língua Portuguesa, nos registos da fala e da escrita:
i) Os candidatos que não sejam falantes nativos de português deverão demonstrar ser titulares de diploma reconhecido oficialmente, comprovativo de domínio da referida língua, ou de certificado ou diploma de competência comunicativa em língua portuguesa do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, do Conselho da Europa (nível de proficiência C1) até à data do termo do prazo concedido para celebração do contrato, quando aplicável;
c) Reunir os requisitos gerais para provimento em funções públicas previstos no artigo 17.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, de que não estejam dispensados pelo ECDESP.

Formalização das Candidaturas

Envio de Candidaturas para: Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve, Campus da Penha, 8005-139 Faro, Portugal

Contacto: (+351)289800100

Data Publicação: 2025-08-05

Data Limite: 2025-09-17

Texto Publicado

Jornal Oficial e Órgão de Comunicação Social: Diário da República, 2.ª Série, Parte E, n.º 149, de 05 de agosto de 2025

Texto Publicado em Jornal Oficial: UNIVERSIDADE DO ALGARVE Edital n.º 1425/2025 Sumário: Concurso documental internacional para a categoria de professor coordenador, para a área disciplinar de Engenharia Civil, grupo disciplinar de Construções, do Instituto Superior de Engenharia da Universidade do Algarve. Por despacho de 26 de maio de 2025 do Reitor da Universidade do Algarve, encontra-se aberto, pelo prazo de 30 dias úteis, a contar do dia útil imediato à publicação do presente edital no Diário da República, concurso documental internacional para a categoria de Professor Coordenador, para a área disciplinar de Engenharia Civil, grupo disciplinar de Construções do Instituto Superior de Engenharia da Universidade do Algarve. O presente concurso rege-se pelos artigos 10.º, 15.º e seguintes do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico, adiante designado por ECDESP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 185/81, de 1 de julho, na sua redação atual, e de acordo com o Regulamento dos Concursos para Contratação de Pessoal das Carreiras Docentes da Universidade do Algarve, Regulamento n.º 520/2010, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 111, de 9 de junho. O concurso será divulgado na Bolsa de Emprego Público (BEP), no prazo de 2 dias úteis, após a publicação no Diário da República, nos termos do Decreto-Lei n.º 78/2003, de 23 de abril, no portal Euraxess Portugal em <https://www.euraxess.pt>, e na página web da Universidade, nas línguas

portuguesa e inglesa, conforme previsto no n.º 1 do artigo 29.º -B do Estatuto da Carreira Docente do Ensino Superior Politécnico, na sua redação atual. O concurso visa o preenchimento de uma (1) vaga, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ao abrigo do artigo 10.º do ECDESP, esgotando-se com o seu preenchimento. No âmbito das competências conferidas pelas alíneas d), e) e q) do artigo 92.º da Lei n.º 62/2007 de 10 de setembro, reserva-se ao Reitor a faculdade de, por razões ponderosas, proceder à anulação do concurso. Em cumprimento da alínea h) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove ativamente uma política de igualdade de oportunidade entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação. I — Requisitos de admissão: 1 — Requisitos de admissão: a) Ser titular, nos termos do artigo 19 do ECDESP, do grau doutor ou do título de especialista, obtido há mais de 5 anos, em Engenharia Civil, especialidade de Construções: i) Os titulares do grau de doutor obtido no estrangeiro devem comprovar o reconhecimento daquele grau nos termos do Decreto-Lei n.º 66/2018, de 16 de agosto e demais legislação aplicável; ii) Os candidatos abrangidos pela alínea anterior que não façam prova do reconhecimento do grau até ao fim do prazo de candidatura, serão excluídos do concurso; iii) O título de especialista mencionado na alínea a) refere-se à previsão do artigo 48.º, da Lei n.º 62/2007, de 10 de setembro e do Decreto-Lei n.º 206/2009, de 31 de agosto, na sua redação atual. b) Domínio da língua Portuguesa, nos registos da fala e da escrita: i) Os candidatos que não sejam falantes nativos de português deverão demonstrar ser titulares de diploma reconhecido oficialmente, comprovativo de domínio da referida língua, ou de certificado ou diploma de competência comunicativa em língua portuguesa do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas, do Conselho da Europa (nível de proficiência C1) até à data do termo do prazo concedido para celebração do contrato, quando aplicável; c) Reunir os requisitos gerais para provimento em funções públicas previstos no artigo 17.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, de que não estejam dispensados pelo ECDESP. 2 — Serão excluídos do concurso os candidatos que: a) Não possuam o grau de doutor ou título de especialista obtido há mais de 5 anos em Engenharia Civil, especialidade de Construções; b) Não possuam o grau de doutor reconhecido, até à data de fim das candidaturas, caso a sua habilitação seja estrangeira; c) Não apresentem os documentos ou trabalhos exigidos no Edital ou a sua apresentação seja efetuada fora do prazo estipulado para o efeito; d) Não reúnam os requisitos gerais para provimento em funções públicas previstos no artigo 17.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, de que não estejam dispensados pelo ECDESP. 3 — O Júri notificará os candidatos da admissão ou exclusão das candidaturas apresentadas, através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, para efeitos de audiência prévia. II — Requisitos de admissão em mérito absoluto e respetiva apreciação: 1 — A admissão em mérito absoluto dos candidatos dependerá cumulativamente: a) Da posse de currículo global que o júri considere fundamentadamente revestir mérito científico, capacidade de investigação, formação académica e valor da atividade pedagógica, de gestão e extensão já desenvolvida compatíveis com a área disciplinar para que é aberto o concurso e adequados à respetiva categoria docente, designadamente: i) Experiência comprovada, através de publicações de investigação com arbitragem científica em tecnologia do betão ou manutenção e reabilitação de edifícios; ii) Possuir valor do índice H na Web of Science igual ou superior a 5; iii) Experiência comprovada de coordenação de projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT); iv) Experiência comprovada na coordenação de unidades curriculares em ciclos de estudos na área de especialidade para a qual o concurso é aberto; v) Experiência comprovada em cargos de direção/coordenação de ciclos de estudo ou departamentais. b) De o candidato ser autor ou coautor de pelo menos cinco (5) livros, artigos ou capítulos em publicações com arbitragem científica e relevantes para a área disciplinar em que é aberto o concurso, nos últimos cinco (5) anos. 2 — O voto desfavorável à admissão em mérito absoluto deve ser fundamentado com base no não cumprimento de um ou mais requisitos estabelecidos nas alíneas do número anterior. 3 — Para apreciação do mérito absoluto, cada elemento do júri apresenta as candidaturas que entende não atingirem os requisitos referidos no n.º 1 do ponto II, através de propostas escritas fundamentadas, procedendo-se depois à votação de cada uma dessas propostas, em conformidade com o estatuído na alínea b) do n.º 1 do artigo 23.º do ECDESP, não sendo admitidas abstenções. 4 — Uma candidatura é rejeitada em mérito absoluto se pelo menos uma proposta nesse sentido obtiver uma maioria de votos favoráveis, de entre

os membros do júri presentes na reunião, constituindo as propostas, votação e respetivas fundamentações, parte integrante da ata. 5 — O júri notificará os candidatos da admissão ou exclusão das candidaturas em sede de mérito absoluto, através de correio eletrónico com recibo de entrega da notificação, para efeitos de audiência prévia. III — Instrução da candidatura: 1 — A candidatura deverá ser formalizada obrigatoriamente mediante requerimento disponibilizado na página Web da Universidade do Algarve em <https://www.ualg.pt/procedimentos-concursais>, podendo ser: a) Entregue presencialmente dentro do prazo, nos Serviços de Recursos Humanos sitos no piso 0 do edifício da Biblioteca, no Campus da Penha, Universidade do Algarve, em Faro; ou b) Remetida pelo correio, sob registo, expedido até ao termo do prazo fixado para apresentação de candidaturas, para: Serviços de Recursos Humanos, Campus da Penha, Universidade do Algarve, 8005 -139 Faro. 2 — O requerimento de admissão ao concurso é instruído obrigatoriamente com os seguintes documentos em formato eletrónico pdf, em língua portuguesa ou inglesa: a) Documento de identificação válido à data da candidatura; b) Certificados comprovativos da titularidade de grau académico ou do título de especialista, em área adequada ao concurso; c) Um (1) exemplar do curriculum vitae, datado e assinado, no qual constem as atividades científicas, pedagógicas e outras relevantes para a missão das instituições de ensino superior, realizadas pelo candidato, para os efeitos do artigo 23.º, n.º 6, do ECDESP, integrando índice e anexos numerados, respeitando obrigatoriamente a ordenação dos parâmetros e fatores enunciados no ponto V deste edital e a lista dos trabalhos a apresentar de acordo com a alínea seguinte; d) Um (1) exemplar de cada um dos trabalhos que hajam sido selecionados pelo candidato para os efeitos previstos no ponto V a) até ao máximo de quinze (15); e) Um (1) exemplar em formato pdf do resumo da tese de doutoramento ou do resumo do relatório para provas de especialista; f) Indicação dos resultados da «avaliação da qualidade» realizada em relação às disciplinas de que o candidato tenha sido responsável, quando existentes e se aplicável, igualmente para os efeitos do artigo 23.º, n.º 6, alínea b), do ECDESP; g) Documento com plano de desenvolvimento de carreira, contendo objetivos, plano de desenvolvimento científico e pedagógico e sinopse de linha de investigação que pretende implementar; h) Documentos que permitam apreciar o cumprimento dos requisitos de mérito absoluto previstos no Ponto II, n.º 1, alínea a); i) Outros documentos que o candidato considere serem de interesse para o júri apreciar cabalmente o seu desempenho científico, a sua capacidade pedagógica e outras atividades relevantes que por ele hajam sido desenvolvidas, ou que constituam motivo de preferência legal, os quais, todavia, serão tidos em conta pelo júri se devidamente comprovados e se o júri assim o entender; j) Certificado do registo criminal do qual conste que o candidato não se encontra inibido do exercício de funções públicas ou não interdito para o exercício das funções que se propõe desempenhar; k) Atestado de robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício das funções; l) Boletim de vacinação obrigatória devidamente atualizado. 3 — Os documentos exigidos nas alíneas j), k) e l) podem ser dispensados na apresentação da candidatura, desde que os candidatos declarem no requerimento sob compromisso de honra, a situação em que se encontrem relativamente a cada um desses requisitos. A entrega destes documentos será exigida, em caso de provimento na vaga a concurso. 4 — Os documentos exigidos nas alíneas a) a i), devem ser entregues numa pen-drive e possibilitar a pesquisa através da numeração dos documentos de acordo com os parâmetros e fatores enunciados no Ponto V deste Edital, os quais podem estar gravados no mesmo suporte digital e quando existirem em repositório de acesso livre na Internet, a ligação deve ser disponibilizada à frente de cada entrada do curriculum vitae. Devem existir igualmente ligações (links) clicáveis para as páginas Web das entidades ou acontecimentos referidos no currículo, sempre que razoável e pertinente, bem como, se possível, para as páginas Web de unidades curriculares de que o candidato tenha sido responsável. 5 — A sistematização do curriculum vitae e respetivos anexos tem de respeitar a ordenação dos parâmetros e fatores enunciados no Ponto V deste Edital, com prejuízo, da informação não ser considerada para a avaliação, o mesmo acontecendo com a acessibilidade aos links, cujo funcionamento deve ser verificado pelo candidato, de modo a que os membros de júri tenham acesso à informação. 6 — De acordo com o n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento dos Concursos para a Contratação de Pessoal das Carreiras Docentes na Universidade do Algarve, o júri pode solicitar documentação complementar relacionada com o currículo apresentado. IV — Audições Públicas: 1 — O júri pode decidir promover audições públicas em igualdade de circunstâncias para todos os candidatos e nos termos da alínea b) do n.º 4 do artigo 23.º, do ECDESP, e n.º 2 do artigo 7.º do Regulamento dos Concursos para a Contratação de Pessoal das Carreiras Docentes na Universidade do Algarve. 2 — Caso o júri do concurso determine a realização das

audições referidas no número anterior, as condições e calendário das mesmas serão anunciados aos candidatos com um mínimo de 8 dias de antecedência. V — Parâmetros de avaliação e seriação em mérito relativo, respetiva ponderação e sistema de valoração final: A avaliação e seriação em mérito relativo, tem por base os critérios de seriação e respetiva ponderação abaixo identificados, resultando a ordenação, da média ponderada das classificações quantitativas obtidas em cada um dos parâmetros de avaliação, dentro de uma escala de 0-100 pontos. Avaliação curricular (100 %) — A Avaliação Curricular incide sobre atividades desenvolvidas pelos candidatos na área e grupo disciplinar a concurso, e a respetiva adequação à categoria de Professor Coordenador, considerando as seguintes componentes: a) Desempenho Técnico-Científico e Profissional (40 %); b) Capacidade Pedagógica (40 %); c) Outras atividades relevantes para a missão da Universidade (20 %). Na aplicação das componentes referidas no artigo anterior são avaliados os seguintes parâmetros, aos quais são atribuídos os fatores de ponderação indicados: a) Desempenho técnico-científico e profissional (40 %) — Na avaliação serão considerados os seguintes parâmetros e respetivos fatores: i) Produção técnico-científica: Qualidade e quantidade da produção técnico-científica na área e grupo disciplinar para que é aberto o concurso (designadamente livros, capítulos de livros e artigos em revistas, ou relatórios de atividades de natureza profissional de alto nível) expressa pelo número e tipo de publicações, incluindo informação de uma base bibliométrica das citações (35 %); ii) Participação em projetos científicos: Qualidade da participação e qualidade e quantidade de projetos científicos em que participou, na área e grupo disciplinar para que é aberto o concurso (20 %); iii) Orientação de trabalhos académicos e profissionais (25 %); iv) Intervenção em comunidades científica e profissional: Avaliação da capacidade de intervenção em comunidades científica e profissional, expressa, designadamente através da organização de eventos, participação na qualidade de (co-) editor de revistas, participação em atividades de revisão de artigos de revistas, comunicações em congressos, apresentação de palestras como convidado, responsável e/ou membro de laboratório, participação em atividades de consultadoria e outras atividades de reconhecido mérito (10 %); v) Plano de desenvolvimento de carreira (10 %): Será avaliada a potencial contribuição do documento submetido para o desenvolvimento científico e pedagógico da área e subárea disciplinares em que se insere no âmbito deste concurso, com o objetivo de promover as atividades de ensino e investigação a ele associados. b) Capacidade pedagógica (40 %) — Na avaliação serão considerados os seguintes parâmetros e respetivos fatores: i) Produção de material pedagógico: Qualidade e quantidade do material pedagógico produzido pelo candidato, bem como as publicações de índole pedagógica com ISBN ou ISSN (10 %); ii) Atividade letiva: Lecionação e coordenação de unidades curriculares em diferentes ciclos de estudo. Qualidade da atividade letiva realizada pelo candidato recorrendo, sempre que possível, a métodos objetivos baseados em recolhas de opinião alargadas (inquéritos pedagógicos) (50 %); iii) Participação em júris de provas académicas (20 %); iv) Outras atividades relacionadas com a atividade de ensino, nomeadamente a orientação de estágios (20 %); c) Outras atividades relevantes para a missão da Universidade (20 %) — Na avaliação serão considerados os seguintes parâmetros e respetivos fatores: i) Exercício de cargos de gestão em órgãos da unidade de ensino, de Instituições de Ensino Superior ou de unidades de investigação (40 %); ii) Direção/Coordenação de cursos (35 %); iii) Participação em júris de concursos para contratação de pessoal docente (5 %); iv) Outros cargos de gestão de reconhecido interesse público numa das áreas do concurso (5 %); v) Participação como docente em cursos de formação profissional e intercâmbios internacionais (15 %). VI — Processo de seriação em mérito relativo: 1 — A metodologia de seriação em mérito relativo é a seguinte: a) Durante a reunião, cada membro do júri apresenta um documento escrito, que será anexado à ata, com a sua ordenação dos candidatos, a qual se fundamenta na avaliação do desempenho científico, da capacidade pedagógica, e de outras atividades relevantes, com os respetivos pesos relativos. Nas várias votações, cada membro do júri respeitará sempre a ordenação que apresentou e não são admitidas abstenções; b) A primeira votação destina-se a determinar o candidato a colocar em primeiro lugar na lista ordenada; c) Se um candidato obtiver mais de metade dos votos, esse candidato é colocado em primeiro lugar na lista ordenada; d) Se dois candidatos obtiverem cada um exatamente metade dos votos, o presidente do júri desempata, escolhendo aquele que é colocado em primeiro lugar na lista ordenada. O presidente do júri usará como critério de desempate a maior antiguidade na categoria e, caso ainda assim se mantenha o empate, a data do doutoramento. Caso o candidato apenas detenha o título de especialista, será considerada esta data; e) Se nenhum destes dois casos ocorrer, realiza-se uma nova votação depois de retirados os candidatos que não obtiveram votos na primeira votação e eliminando também o candidato menos

votado, que tenha obtido pelo menos um voto; f) No caso de haver mais do que um candidato na posição de menos votado, realiza -se uma votação apenas com esses candidatos para decidir qual eliminar. Para esta votação, os membros do júri votam obrigatoriamente no candidato que está mais abaixo na sua seriação; g) Se nesta votação persistir empate entre dois ou mais candidatos, o presidente do júri decide qual o candidato a eliminar de entre eles. O presidente do júri usará como critério de desempate a maior antiguidade na categoria e, caso ainda assim se mantenha o empate, a data do doutoramento. Caso o candidato apenas detenha o título de especialista, será considerada esta data; h) Depois de eliminar esse candidato e os candidatos que não obtiveram votos na primeira votação, vota-se novamente para o candidato a colocar em primeiro lugar, repetindo, se necessário, o processo acima descrito, até um candidato obter mais de metade dos votos para o primeiro lugar; i) Uma vez colocado um candidato no primeiro lugar da lista ordenada, retira -se esse candidato do escrutínio e repete-se o processo para o segundo lugar, e assim sucessivamente, até se obter uma lista ordenada de todos os candidatos. VII — Composição do júri: Presidente: Doutora Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas, Vice-reitora da Universidade do Algarve, por delegação de competências do Reitor. Vogais efetivos: Doutor João Paulo de Castro Gomes, Professor Catedrático da Faculdade de Engenharia da Universidade da Beira Interior; Doutora Maria Paulina Santos Forte Faria Rodrigues, Professora Associada da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa; Doutora Helena Maria Coelho Rocha Terreiro Galha Silva Bártolo, Professora Coordenadora da Escola Superior de Tecnologia e Gestão de Leiria do Instituto Politécnico de Leiria; Doutor Pedro Miguel Soares Raposeiro da Silva, Professor Coordenador do Instituto Superior de Engenharia de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa; Doutor João Manuel Carvalho Estêvão, Professor Coordenador do Instituto Superior de Engenharia da Universidade do Algarve. Vogais suplentes: Doutora Anabela Gonçalves Correia de Paiva, Professora Associada da Escola de Ciências e Tecnologia da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro; Doutor Jorge Manuel Guieiro Pereira Isidoro, Professor Coordenador do Instituto Superior de Engenharia da Universidade do Algarve. VIII — Consulta do processo: O processo de concurso pode ser consultado nos Serviços de Recursos Humanos da Universidade do Algarve, sitos no piso 0 do edifício da Biblioteca, no Campus da Penha, Universidade do Algarve, em Faro, entre as 9 h 30 m e as 12 h 00 m e entre as 14 h 30 m e as 16 h 30 m, mediante marcação antecipada. 23 de julho de 2025. — A Vice-Reitora, Ana Maria de Melo Sampaio de Freitas.

Observações

Serão excluídos do concurso os candidatos que:

- a) Não possuam o grau de doutor ou título de especialista obtido há mais de 5 anos em Engenharia Civil, especialidade de Construções;
 - b) Não possuam o grau de doutor reconhecido, até à data de fim das candidaturas, caso a sua habilitação seja estrangeira;
 - c) Não apresentem os documentos ou trabalhos exigidos no Edital ou a sua apresentação seja efetuada fora do prazo estipulado para o efeito;
 - d) Não reúnam os requisitos gerais para provimento em funções públicas previstos no artigo 17.º da Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas, aprovada em Anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua redação atual, de que não estejam dispensados pelo ECDESP.
-
-
-
-
-
-
-

Alteração de Júri

Resultados

Questionário de Término da Oferta

Admitidos**Masculinos:****Femininos:****Total:****Total SME:****Total Com Auxílio da BEP:****Recrutados****Masculinos:****Femininos:****Total:****Total Portadores Deficiência:****Total SME:****Total Com Auxílio da BEP:**